Cultura Brasileira.
O que faz a Cultura brasileira, Brasileira?

Gláucia Buratto Rodrigues de Mello[1]

Parodiando um título do antropólogo Roberto DaMatta (*O que faz o brasil, Brasil?)*, que traz alguns ensaios nos quais ele apresenta e discute aspectos que, no entender dele, contribuem para a construção da identidade brasileira, neste meu ensaio, apresento alguns parâmetros que nos ajudam a pensar o que faz a Cultura brasileira, Brasileira.

Os primeiros anos do Brasil republicano foram marcados por uma preocupação sobre a compreensão e a constituição do Brasil como uma unidade político-geográfico-cultural. Esforços intelectuais influenciados pelas tendências teóricas daquele final do século XIX buscaram, primeiro, forjar uma unidade e depois, fixar a realidade sociocultural do Brasil através de retratos oportunos.

Numa entrevista para o documentário "Intérpretes do Brasil", realizado em 2001-2, apresentando quinze entrevistas com pesquisadores brasileiros, especialistas em História, Geografia e Cultura no Brasil, o antropólogo mineiro Darcy Ribeiro (1922-1997) declarou que o que caracteriza o Brasil é o milagre de sermos uma nação unificada, havendo tanta diversidade. No entender dele, seria razoável que tivéssemos no Brasil várias nações.

A Literatura brasileira sugere pensarmos a cultura brasileira no plural, ou seja, como um conjunto de culturas diferenciadas, formadas por um povo diverso e híbrido, mantendo cada uma delas os seus próprios traços e realçando que somos, na verdade, uma nação complexa, pluriétnica, multicultural, traduzindo enorme riqueza humana.

A nossa História conta que já se quis que fôssemos um povo de cor branca; depois, que fôssemos o "amálgama de três raças" e, atualmente, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, ratifica: o Brasil é pluriétnico, levando em conta o respeito à nossa profunda diversidade cultural e o entendimento da necessidade de convívio de várias identidades regionais, reunidas de forma mais ou menos harmoniosa, formando uma nação, na qual se fala oficialmente uma mesma língua

[1] Antropóloga e socióloga, doutora, pesquisadora, coordenadora das atividades de iniciação científica da Pró-reitoria de Inovação e Desenvolvimento Socioeducacional no UNIPAC - Barbacena-MG; 2020.

portuguesa-brasileira e mais de uma centena de outras línguas indígenas. Podemos, portanto, começar a responder à questão deste ensaio, dizendo que a diversidade cultural é uma característica, talvez a mais importante para a identidade brasileira.

O ser humano é essencialmente um ser de cultura. O longo processo da evolução das espécies, incluindo-se o processo da humanização, teve início, conforme sabemos, há milhares de anos atrás, constituído, fundamentalmente, por adaptações e transformações do meio natural em meio social através da cultura. No curso desta evolução, nossos ancestrais valeram-se de observação, discernimento e criatividade, assimilando e sedimentando informações, adquirindo e formando conhecimentos na medida dos diversos contextos da realidade imediata em que cada grupo humano se estabeleceu. Conhecimentos que foram sendo utilizados e transmitidos ao longo das gerações até os nossos dias, fornecendo matéria-prima e elementos para a criação de métodos de pesquisa para a Ciência moderna. Desta forma, vimos transformando, à nossa maneira, o universo natural em universo cultural e transcendente, adotando as diversas visões de mundo, sistemas simbólicos e de crenças, práticas rituais e organizações sociais e culturais que atendem a cada uma das diversas etnias. A cultura aparece, assim, como um bem social que se coloca entre o ser humano biológico e o seu meio natural, apresentando-se em numerosas variantes.

Nesse sentido, estamos entendendo Cultura como um conceito antropológico bastante amplo, relativo à competência humana em transformar e explicar o mundo que transcende a realidade imediata e que inclui vários aspectos, as diversas explicações para o mundo incompreendido e transcendente, e constituindo-se na diversidade de línguas, práticas e costumes, festas e cerimoniais ritualísticos, formas de arte, modalidades culinárias e indumentárias, sistemas produtivos agrícolas, artesanais, de caça, pesca e coleta, enfim, em formas específicas de organizações social, política, econômica, religiosa, tecnológica e artística, particularizadas e diferenciadas. A cultura inclui, grosso modo, tudo aquilo que envolve uma "produção" humana que transforma a Natureza para o bem viver.

Várias são as maneiras de apresentar e interpretar o desenvolvimento da cultura brasileira. Para este modesto ensaio, decidi por destacar alguns temas e traços inspirados por preocupações políticas e orientações teóricas marcadas por determinados períodos e determinados autores, entre outros.

Quando os exploradores e missionários europeus invadiram a *Terra Brasilis,* encontraram um continente de natureza exuberante, habitado por "silvícolas" que, por equívoco, foram denominados "índios", conforme sabemos, e que a literatura antropológica corrige para "indígenas" (gente do lugar). O volume do contingente humano indígena brasileiro do então século XVI pode ser apenas estimado, na ordem de alguns milhões de diferentes povos falando suas respectivas línguas. O continente então invadido passou a receber um contingente crescente de forasteiros, firmando-se como colônia portuguesa, valendo-se da mão-de-obra escrava indígena e, logo, do aporte de escravos vindos da África para a exploração dos recursos naturais locais, conforme sabemos.

Cada uma dessas matrizes étnicas era constituída, por sua vez, por uma grande diversidade de diferentes povos, que aqui se "encontraram" e passaram a misturar-se. Todos eles estão naturalmente presentes no nosso caldo cultural desde então, no nosso passado nem tão longínquo, mas quase esquecido. Pulemos junto com a História para 1889, quando foi proclamada a República do Brasil.

O século XIX foi um período pulsante de importantes descobertas e revoluções científicas e sociais no mundo, trazendo novas tendências filosóficas, políticas e econômicas. Nas ciências humanas e sociais, foram muito importantes as influências teóricas e filosóficas do Positivismo de Comte (1855) e do Evolucionismo de Darwin (1859). A República Brasileira nascia nesse horizonte, fortemente influenciada por ideais intelectuais europeus, altamente etnocêntricos, que orientaram intelectuais brasileiros para que o Brasil se tornasse uma nação moderna, nos moldes europeus, inspirada por ideais de Ordem e Progresso. Animados por estas orientações, os intelectuais da época buscaram uma definição moderna para a nação brasileira com a apresentação de um país livre, uma nação próspera, formada por um povo cordial.

Uma forma de ideologia que ficou conhecida como "Darwinismo social" estabeleceu qualidades morais e sociais para a humanidade. Estudos científicos sobre o que então se concebeu como "raças humanas" constituíram capítulo importante para a nascente Antropologia. Na época, buscaram em determinantes biológicos e geográficos os traços definidores de três raças humanas: branca, amarela/vermelha e negra; e, tomando como critério o avanço ou o atraso tecnológico de cada uma delas, promoveram um escalonamento de desenvolvimento humano.

Desta forma, classificaram e hierarquizaram "raças", de forma a justificar relações humanas desiguais de dominação e subordinação. As "diferenças raciais" constituíram uma ferramenta ideológica para justificar diferenças culturais, gerando relações racistas tão fortemente enraizadas que persistem hoje ainda. As "raças" foram definidas por características fenotípicas (cor da pele, tamanho e formato do crânio, tipo de nariz, de cabelos, proporções físicas) e por localização geográfica, determinando o avanço ou o atraso tecnológico.

Cientificamente, o *racismo* foi inventado naquele século XIX como um dogma para afirmar a desigualdade entre os povos, com a superioridade da raça branca sobre as outras. Além disso, mais do que a constatação dessas diferenças aparentes e tecnológicas, o que de fato caracterizou o "racismo europeu" foi o horror à miscigenação. No final da época imperial do Brasil, D. Pedro II tinha no cônsul francês que residiu no Rio de Janeiro, o conde de Gobineau (1816-1882), um interlocutor que ficou famoso por suas ideias, tão "iluminadas" quanto equivocadas, publicadas no seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1854). Ali, fornido por uma ideologia autoritária e etnocêntrica, desenvolveu suas teorias raciais "à europeia", reprovando o que ele entendia como uma degeneração resultante da mistura de "raças" diferentes, profetizou que o Brasil levaria menos de 200 anos para se acabar como povo porque a nossa sociedade permitia a mistura insana de "raças". Para o conde francês e para a elite brasileira daquele período, a mistura de "raças" seria a ruína biológica e moral do povo brasileiro, um empecilho para que o Brasil alcançasse o esplendor da civilização europeia, com a formação de um povo brasileiro nos moldes europeus.

E o que alguns dos mais respeitados pesquisadores e pensadores brasileiros têm dito sobre toda essa construção ideológica?

Renato Ortiz retomou as teorias racistas do final do século XIX e início do século XX que nortearam as interpretações da cultura brasileira; valendo-se dos trabalhos de três pesquisadores do período, autores que se dedicaram ao estudo etnográfico da sociedade brasileira e cujos trabalhos resultaram em discursos paradigmáticos para os estudos de identidade social brasileira: Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides de Cunha.

À maneira do antropólogo Roque Laraia, que analisou e fez a crítica sobre a ausência de fundamentos etnográficos e científicos para a sustentação de determinantes biológicos e geográficos para a explicação da desigualdade e diversidade cultural, Ortiz

criticou a “implausibilidade” dos parâmetros epistemológicos de meio e raça, usados por autores e intelectuais brasileiros da virada dos séculos XIX e XX para justificar o “atraso” do povo brasileiro em relação ao europeu.

A existência das “três raças” bem diferenciadas na formação do povo brasileiro constituía um problema para aquele momento da construção de uma nação brasileira. São deste período duas orientações racistas importantes: a “teoria do branqueamento do povo brasileiro” e o “mito das três raças”. A “teoria do branqueamento” da população brasileira esteve em voga a partir de 1870 e durou até 1930, fortemente influenciada pelas ideias de Gobineau, apostou na adoção de política favorável à imigração de europeus ao Brasil. Acreditaram assim que, dentro de três ou quatro gerações, o Brasil seria branco. Já o “mito das três raças” ou, como melhor definiu Roberto da Matta, a “fábula das três raças”, foi inventada para um povo brasileiro formado pelo “encontro harmonioso” de três raças constituintes.

Pelo “branqueamento da raça”, encontramos o sergipano, formado em Direito, filósofo, crítico literário e político Sylvio Romero (1851-1914). Avesso igualmente à miscigenação racial, o médico baiano Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) tomou bases biológicas para sobredeterminar comportamentos culturais, mas teve o grande mérito de realizar os primeiros estudos sobre a população afrobrasileira que permitiram admitir-se a “raça” negra na constituição do povo brasileiro; são dele os primeiros estudos sobre as religiões afrobrasileiras e sobre o fenômeno social de sincretismo com base em pesquisa etnográfica realizada entre negros baianos. Já o engenheiro e geógrafo fluminense, autor d’*Os sertões*, Euclides da Cunha (1866-1909), igualmente influenciado por ideais positivistas, apostou, no entanto, que o Brasil mestiço era viável. Para tanto, destacou a valentia e a honra do sertanejo ("O sertanejo é antes de tudo um forte”). No seu entender, a cultura sertaneja era uma forma estabilizada de mestiçagem do índio com o branco, formando o que poderia ser a base da “raça brasileira”, representada pelo tipo mestiço, moreno.

Com ideias mais originais, apesar de menos proeminente, Ortiz destaca a importância de um contemporâneo daqueles três: o médico, psicólogo, sociólogo e historiador sergipano Manuel Bonfim (1868-1932), que polemizou com seu conterrâneo Sylvio Romero, questionando a validade científica das teorias racistas em voga e argumentando que o conceito de raça existia para justificar uma ideologia de opressão entre povos e classes. Tendo valorizado a miscigenação, foi contrário à política de

branqueamento da raça e defendeu o apoio governamental aos negros, índios e mestiços brasileiros.

A mestiçagem ganhou contornos reais sociais e simbólicos com aspirações nacionalistas no período seguinte, que favoreceu o advento do Movimento Modernista Brasileiro (1922) e do Estado Novo. Representando o desenvolvimento do pensamento sobre a cultura brasileira do período, Ortiz destaca mais três autores, entre outros, com reconhecida importância; são: Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Ainda que trouxessem em suas formações a orientação evolucionista e racista, estes autores vão preparar o momento posterior, destacando elementos positivos nos traços raciais, prepararam as bases do "mito da democracia racial".

O jurista, historiador e sociólogo fluminense Oliveira Vianna (1883-1951) desenvolveu algumas explicações sociológicas no seu livro *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e buscou caracterizar socialmente o povo brasileiro pela mistura, distinguindo-nos assim de outros povos, ao mesmo tempo em que marcava aí a identidade nacional brasileira. Apostando na matriz portuguesa, adaptada ao novo ambiente geográfico e social, a orientação de Oliveira Vianna foi no mesmo sentido que a do crítico literário e jornalista paulistano Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), considerado intelectualmente sofisticado, destacou inicialmente a importância da matriz europeia para a construção da identidade brasileira em *Raízes do Brasil* (1936) e, mais tarde, tentou realçar o papel do indígena na formação da nacionalidade brasileira com *Visão do Paraíso* (1959), onde acaba por valorizar a miscigenação portuguesa e indígena.

A qualidade do povo brasileiro por uma grande criatividade e capacidade de adaptação vem sendo destacada, no entanto, entre os autores, como valores positivos resultantes da mistura entre as "raças" branca e indígena. E o historiador, escritor, jornalista e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), autor de *Casa grande e senzala* (1933), *Sobrados e mucambos* (1936), à maneira de Nina Rodrigues, retomou a matriz negra, rejeitou as doutrinas racistas de branqueamento do povo brasileiro e apostou em idéias conservadoras, quando realçou a unidade básica da organização social brasileira formada pela família patriarcal e contribuiu decisivamente para a criação do "mito da democracia racial brasileira", inventando relações harmoniosas entre as raças branca e negra, o que favoreceu o encobrimento das desigualdades e alimentou consideravelmente o "mito das três raças".

Mudanças profundas dinamizaram e complexificaram a compreensão sobre a cultura brasileira com a criação de cursos de ensino superior, o processo de modernização, urbanização e industrialização, a ascensão da classe média e uma população urbana. O golpe militar de 1964, fortemente influenciado por um espírito nacionalista, buscou fortalecer as bases da falsa democracia racial, estreitando o relacionamento entre Estado e Cultura. Ortiz lembra a formidável expansão cultural do período com a produção, distribuição e consumo de bens culturais - período em que verificou-se a consolidação de grandes empreendimentos de meios de comunicação de massa, houve um *boom* na Literatura, na indústria discográfica e editorial e a criação de importantes instituições culturais brasileiras como a Funarte, Embrafilme, Embratel, Embratur, Telebras, Centro Nacional de Referência Cultural, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Pró-Memória; tudo isso representou enorme impacto no mercado cultural que ganhou então contornos mais reais de uma grande complexidade cultural brasileira e reforçando a diversidade cultural brasileira, plena de tendências contraditórias.

Com o período da reabertura política do Brasil, verificou-se uma nova revolução nas comunicações e o fenômeno da globalização, o que levou Darcy Ribeiro a declarar que era preciso revisar a cultura brasileira e entender o seu lugar na América do Sul. A consolidação do esforço etnográfico-teórico orientou o reconhecimento da diversidade étnica.

Os avanços da medicina genética comprovaram a inexistência de fundamentos científicos para as ultrapassadas teorias racistas e já se entende, finalmente, o que o geneticista italiano Guido Barbujani[2] apresenta com a publicação do seu estudo: que o racismo, levado a sério por vários séculos, foi forjado para alimentar uma atitude etnocêntrica e justificar relações desiguais de exploração de um povo sobre outro. Ele esclarece, no entanto, que o racismo não foi uma perversidade inventada pela mente europeia. Essa manipulação ideológica tem lastros muito antigos que vêm do Antigo Testamento. Os três filhos de Noé deram origem às três raças: asiáticos, africanos e europeus com a força simbólica de um arquétipo, que aparece igualmente em mitos de origem nas sociedades indígenas, para explicar diferentes "qualidades" de pessoas

[2] Eu tive a oportunidade entrevistá-lo, quando da publicação da edição brasileira do seu livro, *A invenção das raças* (publicado em 2006 na Itália, traduzido e publicado no Brasil em 2007). Esta entrevista foi editada e está disponível na bandeira das minhas entrevistas para a Comunidade Virtual de Antropologia, no meu site (www.imaginarioantropologico.com).

(basicamente indígenas e não-indígenas, no caso dos povos indígenas) e diferentes etnias. Com sólida base científica, Barbujani explica que existe apenas uma única raça humana, uma vez que não existe nada, geneticamente falando, que distinga um indivíduo negro da África de um indivíduo branco da Suécia. A espécie humana forma uma única "raça" humana. Nós, antropólogos, entendemos que diferenças físicas aparentes devem ser entendidas não como diferenças raciais, e sim, como diferenças étnicas.

Finalmente, quanto ao "mito das três raças" na origem do povo brasileiro, ele foi alvo de críticas ácidas pelos intelectuais brasileiros do período seguinte porque encobre a realidade social brasileira marcada por um forte e mal dissimulado racismo e por relações sociais bastante diferenciadas e conflitantes. A história do Brasil e as etnografias brasileiras estão aí para nos lembrar que não houve um "encontro harmonioso entre três raças" que passaram a conviver sem conflitos e em igualdade de condições no Brasil. O trabalho de Gilberto Freyre contribuiu para o mascaramento dessa nossa realidade social.

Equivocadamente, raça e etnia são ainda por vezes tomados um pelo outro. Antes que diferentes raças humanas, compomos um mosaico de diferentes etnias, termo mais acertado, considerando que a palavra "etnia" é derivada do grego *ethnos*, que significa "povo". As etnias são definidas como povos, comunidades ou sociedades humanas que apresentam traços comuns definidos por características fenotípicas e por afinidades linguísticas e culturais. Infelizmente, os esclarecimentos científicos não alavancaram a extinção de preconceitos, mais ou menos fortes de povo a povo.

Roberto Da Matta distinguiu racismo europeu ou à americana pelo horror à miscigenação e argumenta que o racismo brasileiro é dissimulado por nossa cultura de inclusão, sem eliminá-lo. E Darcy Ribeiro argumentou que o nosso preconceito não é racial, é social. A diversidade cultural continua desafiando os cientistas sociais que já admitem, como Darcy Ribeiro tratou no seu estudo (*Povo Brasileiro*), a existência de vários brasis: Brasil crioulo, Brasil caboclo, Brasil sertanejo, Brasil caipira, Brasil sulino. Verifica-se, assim, uma confusão nas relações sociais no Brasil, sobretudo nas esferas do trabalho e do parentesco, criando relações de amizade que permeiam e confundem a nossa moral tradicional, destacadas conceitualmente e na prática social brasileira por Sérgio Buarque de Holanda e caracterizando o que ele denominou o "homem cordial brasileiro" e o "jeitinho brasileiro", estudados por Roberto da Matta.

Enfim, verifica-se no Brasil, um preconceito mal dissimulado, uma forma muito eficiente de discriminar afrobrasileiros, indígenas e as populações de extrato social inferior. A ideologia da democracia racial que persiste no imaginário político social brasileiro esconde uma profunda injustiça social na nossa constituição extremamente racista, hierarquizada, emoldurada por laços afetivos.

Referências bibliográficas

BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças.* S. Paulo: Contexto, 2007

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil.* R. Janeiro: Rocco, 1991

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. R. Janeiro: José Olympio, 1988

LARAIA, Roque de B. *Cultura. Um conceito antropológico*. R. Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

OLIVEIRA, Lucia L. *O Brasil dos imigrantes*. R. Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

OLIVEIRA, J. P. de, "Galvão e os estudos de aculturação no Brasil ou "Santo de casa também pode fazer milagres" In: P. Faulhabert; P.M. de Toledo (eds.) *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém: MPEG, 2001

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. S. Paulo: Brasiliense, 2012

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria I. "Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil". *Tempo Social*. Rev. Sociologia da USP. S. Paulo, 1(1), 1989

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.* S. Paulo: Cia das Letras, 1999

SAHLINS, Marshall. "O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção" (Parte I), *Mana* 3(1), 1997: 41-73

SEYFERTH, Giralda. "A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos". *Anuário Antropológico/93,* R. Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995

Visualização do Documentário: "Intérpretes do Brasil". Realizado em 2001-2, 342', uma série de Isa Grinspum Ferraz contendo 15 entrevistas de 20' cada sobre o tema: História, cultura e sociedade brasileiras.